

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 034/2022, DE AUTORIA DO VEREADOR CARLOS GOMES, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE O PODER PÚBLICO MUNICIPAL DIVULGAR, NO SITE OFICIAL, OS LOCAIS DE FORNECIMENTO DOS REMÉDIOS E MEDICAMENTOS PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO

Art. 1º- Fica alterada a redação do Art. 1º da propositura, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º- Fica o Executivo Municipal obrigado a divulgar, em seu site oficial, os remédios e medicamentos fornecidos pela Rede Pública de Saúde.”

Art. 2º- Fica acrescido o Parágrafo único ao Art. 1º do Projeto de Lei, que passará a vigorar com a seguinte redação:

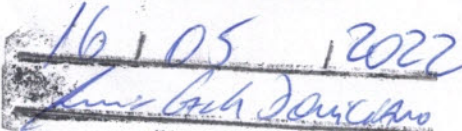
“Art. 1º...

Parágrafo únicoº- A divulgação de trata o caput do Art. 1º deverá ser feita nas unidades de saúde em que são distribuídos os remédios e medicamentos.”

Art. 3º- Fica acrescentado o §1º ao Art. 1º do Projeto de Lei, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“§1º- Os Convênios de distribuição de remédios públicos deverão ser divulgados, na forma do Art. 1º da presente Lei.”

Art. 4º- Fica acrescentado o §2º ao Art. 1º do Projeto de Lei, que passará a vigorar com a seguinte redação:

APROVADO
16.05.2022

PRESIDENTE

“§2º- A identificação e nomes dos remédios disponíveis deverão ser divulgados, nos termos do Art. 1º da presente Lei.”

Plenário Dr. Durval Nicolau, 10 de maio de 2.022.



CARLOS GOMES

Vereador- PL



Câmara Municipal

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei do Legislativo nº034/2022 – *De autoria do Vereador Carlos Gomes* – Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Público Municipal divulgar, no site oficial, os locais de fornecimento dos remédios e medicamentos para a população do Município.

Em relação à presente propositura, por ser legal e regimental, somos de parecer favorável à sua apreciação pelo Plenário,

PARECER FAVORÁVEL

Plenário Dr. Durval Nicolau, 09 de maio de 2.022.



CARLOS GOMES



JOELI MARIOZI

GUSTAVO BELLONI



Câmara Municipal

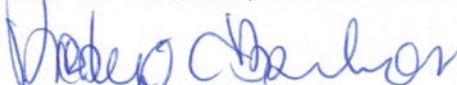
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto de Lei do Legislativo nº034/2022 – *De autoria do Vereador Carlos Gomes* – Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Público Municipal divulgar, no site oficial, os locais de fornecimento dos remédios e medicamentos para a população do Município.

Em atenção ao referido documento, somos de parecer favorável à sua apreciação pelo Plenário.

PARECER FAVORÁVEL.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 10 de maio de 2.022.


RODRIGO BARBOSA


LUIZ PARAKI

CLAUDINEI DAMALIO

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal.

COMISSÕES

*Justiça e ordem, educação,
saúde e assistência social*

DATA,

28 05 2022

Antônio Carlos
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 034/2022

“Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Público Municipal divulgar, no site oficial, os locais de fornecimento dos remédios e medicamentos para a população do Município”

A Câmara Municipal de São João da Boa Vista, APROVA:

Art. 1º- Fica o Executivo Municipal obrigado a divulgar, em seu site oficial, os locais em que são distribuídos os remédios e medicamentos para a população sanjoanense.

Art. 2º- O Poder Executivo poderá regulamentar, por Decreto, o conteúdo desta Lei.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 03 de maio de 2022

Carlos Gomes
**CARLOS GOMES
VEREADOR-PL**

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo obrigar o Executivo Municipal a publicar em seu site oficial os locais em que será fornecido os medicamentos e remédios para a população de São João da Boa Vista.

Importante lembrar que um dos princípios constitucionais da administração pública é o da publicidade, encartado no Art. 37, caput, da CF/88, de modo que

16/05/2022
**APROVADO EM
PRIMEIRA DISCUSSÃO**

Antônio Carlos
PRESIDENTE

projetos de lei que visam dar concretude a um princípio constitucional da administração pública possui sua viabilidade jurídica assegurada, sendo constitucional do ponto de vista formal e material.

Dessa forma, apresentamos este Projeto de Lei e contamos com a colaboração da Casa para a sua aprovação em Plenário.

23 05 2022

APROVADO EM
SEGUNDA DISCUSSÃO

Antônio Carlos de Aguiar
PRESIDENTE